



*Elementar, meu caro pragmático:
os atos de fala de Sherlock Holmes, no filme de Guy Richie, como traços de contexto¹*

Dario Brito da Rocha Júnior²

Maria Amélia de Souto Maior Almeida³

RESUMO

O presente artigo enfoca o implícito contido em uma interação social, dentro de um processo de comunicação audiovisual – notadamente, o filme Sherlock Holmes (2009). Nessa reflexão, ele é visto em diálogos carregados de proposições intencionais, alicerçadas pelo contexto situacional, o conteúdo proposicional e a força ilocutória que os permitem fazer implicaturas para o real entendimento do sentido. Para tanto, foram selecionados diálogos do longa-metragem que são analisados sob a luz dos conceitos da virada pragmática, tais como Teorias dos Atos de Fala, Contexto e Implicaturas Conversacionais. Como é sabido, para que haja comunicação eficaz, são necessárias regras pré-estabelecidas de bilateralidade e, por isto, foram considerados nesta análise os backgrounds enciclopédico e de mundo e a identificação dos ethos dos atores sociais.

PALAVRAS-CHAVE: pragmática; interação; implícito; contexto; inferência.

1. Virada pragmática na tela: valorização do contexto para situar a intenção

Durante muito tempo, nos estudos linguísticos, a investigação sobre o significado – que historicamente esteve reservada à área da Semântica – figurou como um dos campos mais complexos e polêmicos no que diz respeito à busca de certezas, tornando-se uma vertente das mais difíceis de atuar neste setor. Tais dificuldades, de acordo com grande parte dos teóricos, a exemplo de Trask (2004), possivelmente estiveram relacionadas com a (até então) falta de percepção que se tinha de que há pelo menos dois aspectos distintos inseridos no significado: o primeiro deles seria o que é intrínseco a uma expressão que contém este significado e que, por isso mesmo, dela não pode ser separado (historicamente, esta visão era estudada justamente pela Semântica).

¹ Trabalho apresentado no DT 04 – Comunicação AudioVisual do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

² Mestre em Linguística, professor do NDE do Curso de Jornalismo da Universidade Católica de PE, professor dos cursos de Comunicação Social da Faculdade Maurício de Nassau Recife. Email: dariobrito@gmail.com.

³ Mestre em Linguística, Coordenadora dos Cursos de Comunicação Social e professora do Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Maurício de Nassau Recife, professora do curso de Administração da Faculdade Marista Recife. Email: ameliasoutomaior@gmail.com



O segundo seria aquele que o significado figura como resultado da interação entre a expressão lingüística e o contexto em que ela é utilizada (este, então, sendo o objeto de estudo da Pragmática).

Tal acréscimo ampliou consideravelmente a visão do campo de estudos do significado, ora abrindo possibilidades, ora trazendo à luz problemas anteriormente não vislumbrados pelos estudiosos, mas, de qualquer forma, “reavivando” as reflexões. É certo que concordamos, hoje, com Levinson (2007), Trask (2004) e Charaudeau e Maingueneau (2004), entre outros, que a Pragmática seria o ramo da lingüística que estuda como os enunciados comunicam seus significados num contexto.

A origem moderna do termo pragmática deve-se ao filósofo Charles Morris, que queria esboçar a forma geral de uma ciência dos signos (“semiotic”, como preferia se referir). De acordo com o autor, esta ciência possuiria três ramos de investigação distintos: a sintaxe (estudo da relação formal dos signos entre si, percebendo a ordenação dos elementos da comunicação, dos códigos e das línguas, sua organização interna, os modos de sua combinação); a semântica (estudo das relações dos signos com os objetos aos quais os signos são aplicáveis, observando também suas relações com a própria realidade); e, por fim, a pragmática (estudo da relação dos signos com os intérpretes, investigando a relação entre comunicação, interlocutores, e ambiente em que ocorre, em particular compreendendo as ações que se desenvolvem por meio da linguagem e da comunicação).

Assim, se acrescenta propriamente que a pragmática tem profundo interesse pelas relações dos signos com seus utilizadores, com seu emprego e seus efeitos. Como bem completa Trask (2004:233): “Toda vez que o contexto muda, também muda o que é comunicado. E essa relação variável, dependente do contexto, entre aquilo que se diz e aquilo que se comunica que é o objeto de estudo da pragmática”.

Esse interesse pela maneira como o contexto possui uma influência decisiva na interpretação do significado é a força-motriz das investigações no âmbito da pragmática. E para que fique claro (tanto aqui, quanto na seção 4 deste trabalho, dedicada ao tema) o contexto deve ser entendido como “situação”, uma vez que ele pode reunir, em tese, quaisquer aspectos ditos extralingüísticos, como o conhecimento partilhado, as relações entre falantes, a própria situação comunicativa.

Nessa perspectiva, alguns nomes se destacam por suas contribuições nesta área do pensamento (são muitos mais, na verdade, mas dado o limite físico deste trabalho, torna-se impossível esboçar um “histórico” desse campo de estudos que seja honesto



com os todos os teóricos relevantes que fazem parte desse construto). De maneira que não poderíamos deixar de citar, por exemplo, a Teoria dos Atos de Fala, desenvolvida por John Searle (1972) (e esboçada de melhor maneira na próxima seção deste trabalho), com base em importantes reflexões de autoria de John Langshaw Austin (a exemplo do livro *How to do things with words*, 1962), permitindo a percepção de como são produzidos certos eventos indesejáveis (pelo menos, em tese) como mal-entendidos ou ainda como enunciados gramaticalmente bastante distintos são capazes de produzir sentidos tão intimamente próximos. E de igual relevância são as investigações de H. P. Grice, sobretudo as que dizem respeito ao princípio de cooperação, debruçando-se sobre como os elementos envolvidos numa interação utilizam-se de alguns recursos de comum acordo destinados a facilitar aspectos que pertencem a esse encontro, tais como a inferência e a interpretação do que é dito.

Esse cenário interativo nos remete à classificação de Van Dijk (1989) sobre os critérios de interação: a seqüência dos atos de fala, os interactantes e seus possíveis contribuintes, a situação pública social, a convencionalização, o objetivo social e as convenções. Tal fato nos leva a perceber o estado híbrido em que o filme de Guy Richie – objeto de análise desse estudo – se apresenta, ao se enquadrar nas condições de existência da interação social, no conteúdo proposicional e na força ilocutória, ou seja, em uma fronteira de interação entre o escrito (aqui considerado como script de filmagem) e o oral (diálogos estabelecidos entre os personagens) a partir de inferências realizadas com o auxílio do conteúdo implícito que naturalmente é inserido nas falas dos interactantes e que os permitem realizar implicaturas conversacionais.

2. Uma versão pragmaticamente interessante do famoso investigador britânico

A figura do detetive Sherlock Holmes – desde a sua criação, realizada pelas mãos do escritor e médico Sir Arthur Conan Doyle, cujo personagem apareceu pela primeira vez no romance *Um estudo em vermelho*, em 1887 – vem despertando empatia em leitores e platéias a cada vez que ele é interpretado, em quaisquer das vertentes dramáticas que encontre adaptações (o personagem já ganhou versões em centenas de produções para a TV, o teatro e o cinema ao redor do mundo, ao longo de mais de um século de existência). Por si só, a situação atraente de um investigador inglês que utiliza, além do método científico, a lógica dedutiva na solução de seus problemas, mostra-se



por demais fascinante para o público, ávido por soluções engenhosas de crimes misteriosos.

Em particular, o filme *Sherlock Holmes*, versão feita para o cinema em 2009, uma produção realizada em parceria entre a Inglaterra e os EUA e dirigida pelo cineasta britânico Guy Ritchie, difere ligeiramente das últimas adaptações do personagem pelo ar exageradamente sarcástico empregado em diversas situações que oferece ao espectador, além da montagem ágil e do roteiro inteligente, encontrando como ator ideal para o papel principal o americano Robert Downey Jr. (*Homem de ferro*, *Boa noite, Boa sorte*, *Na companhia do medo* e *Zodíaco*, entre outros) que imprime, assim como em vários outros papéis que já interpretou, toques de comicidade, cinismo e ironia que, em especial, essa versão prevê. O resultado do desempenho de Downey Jr. foi tão respeitado que, em 2010, ele venceu o Globo de Ouro de melhor ator em comédia ou musical pelo papel em questão. No Natal de 2009, o filme entrou para a história do mercado cinematográfico americano como a produção que mais arrecadou antes daquele feriado: em seu final de semana de estréia, o longa-metragem faturou cerca de US\$ 65 milhões.

O enredo escolhido para essa versão se passa, evidentemente, como as outras aventuras de Sherlock Holmes, no fim do século XIX, quando o detetive inglês e seu fiel parceiro, o Dr. John Watson (vivido no filme pelo ator Jude Law) se reúnem para desvendar um último caso em conjunto, já que Watson está de casamento marcado com a jovem professora Mary Morstan (Kelly Reilly), fato que não agrada Holmes, temeroso com o afastamento do colega. O mistério em questão envolve o vilão Lord Blackwood (Mark Strong), que havia sido preso anteriormente pela dupla ao realizar um ritual macabro que inevitavelmente acabaria com o assassinado de uma jovem. Após a condenação e o suposto enforcamento, Blackwood (temido pela população inglesa como poderoso feiticeiro) é visto deixando seu túmulo no cemitério da cidade.

Holmes, evidentemente, e até por conta de seus métodos de trabalho, estilo de vida e modo de raciocinar, não acredita em qualquer tipo de magia, pois isto contraria o mais simples princípio de dedução lógica que se faça. E é justamente este o ponto de partida que nos chama a atenção para a proposição de investigação de fenômenos pragmáticos que julgamos particularmente interessantes e que certamente este roteiro oferece. A partir desse ponto dramático, instalado com o mistério do desaparecimento do “corpo” do vilão, o filme desfila inúmeras passagens em diálogos encabeçados pelo personagem do detetive inglês que se manifestam como exemplos claros de implicatura,



confusão quanto à referência e ao referente, ethos e inferência, só para citar alguns dos conceitos com os quais trabalharemos e que, em situação oportuna, apontaremos mais a frente.

A maioria das situações de diálogo é travada entre o detetive Holmes e personagens secundários do filme. A quase totalidade das cenas tem em comum o fato de revelar, por meio da linguagem e, sobretudo, do ambiente verbal (ver seção 4 deste trabalho, a respeito do contexto) ancorado pelo ambiente situacional, o tom sarcástico com o qual o detetive se dirige aos seus interlocutores, seja para reafirmar, através do ato de fala, sua posição, seja para explicitar as deduções que faz e que, no seu entender, deveriam ser óbvias para todos.

3. Personagens em cena: a força do diálogo e de sua intenção

Sabemos que toda ação do homem provém da interação, e assim, como seres sociais, os indivíduos não têm como fugir desse fenômeno. Por isso, o estudo da linguagem não poderia deixar de tratá-la como um dos modos de funcionamento da língua. Mikhail Bakhtin [(1929) 2002] entende que são as condições de produção de um enunciado que determinam sua forma de enunciação. Para ele, o enunciado é direcionado para o social, para a interação, e assim, portanto, a palavra-chave do pensamento de Bakhtin é diálogo. A orientação voltada para o outro tem, na interlocução, um fator específico para a dialogização do discurso, pois toda enunciação depende ‘bivocalmente’ do locutor e do alocutário.

Para o autor, o diálogo é o modo mais natural de expressar a linguagem. As contribuições de Mikhail Bakhtin a partir dos anos 1960 influenciaram todas as posições dos estudiosos que criticavam a visão da língua como um sistema homogêneo e imóvel, e anteciparam as principais ideias a seguir como, por exemplo, a aceitação pelo outro daquilo que queremos dizer, o efeito de sentido que queremos proporcionar, ou mesmo o comportamento que queremos estabelecer no outro em um processo comunicativo.

A partir disso, podemos entender que a interação é alicerçada por atos de linguagem carregados de intenção que devem ser reconhecidos pelo co-enunciador. Portanto, vale ressaltar que o processo do ato de linguagem deve ser constituído de um *jogo de linguagem* pelos interactantes ou Atos de Fala que estes utilizam para manter a estabilidade da interação. Esse Ato é realizado a partir de requisitos mínimos de funcionamento, ou “condições de emprego”, que nada mais são do que condições de funcionamento apropriadas em um contexto no qual os participantes se encontram, ou



seja, com no mínimo dois interactantes de acordo com as condições socioculturais estabelecidas e seus *ethos* constituídos, bem como os conhecimentos lingüísticos, enciclopédicos e partilhados e, obviamente, as intenções.

Percebe-se então que o homem constrói o sentido do seu discurso e dentro dessa perspectiva, os estudos sobre interação verbal foram avançando e construindo seu espaço no campo dos estudos da linguagem. Várias vertentes foram estabelecendo essa seara, dentre elas a pragmática e a sociolingüística interacional. Na metade do Século XX, ocorreu a chamada “virada pragmática” nos estudos da linguagem como já exposto anteriormente. A pragmática é uma concepção da linguagem, particularmente da comunicação, contrária ao estruturalismo, sendo assim, perpassa por uma série de ciências humanas que comungam do mesmo interesse sobre as análises ligadas ao uso que os falantes fazem da língua, como a semiótica de Charles Peirce, a Teoria dos Atos de Fala, de J.L. Austin e J. Searle, o estudo das inferências que os participantes fazem em uma interação, de H. P. Grice, o estudo da interação verbal e certas teorias da comunicação. Assim, ao constatar que o interlocutor interpreta corretamente os propósitos do locutor e os aceita, a partir da persuasão do que foi falado, trazemos à tona a existência de vários tipos de atos de fala.

Na década de 1960, precisamente em 1962, J. L. Austin, filósofo britânico, introduziu a Teoria dos Atos de Fala. As concepções austinianas focavam a concepção de linguagem como uma atividade realizada pelos interlocutores, isto é, os falantes sempre expressam uma ação em seu dizer, ao falar, como desejos, ordem, acordos, etc. Uma das descobertas do filósofo britânico é o conceito de enunciados performativos e performativos implícitos. Os enunciados performativos expressam que alguém ao “dizer” alguma coisa, denota “um compromisso” só pelo fato de dizê-lo. Por seu turno, os enunciados performativos implícitos são os enunciados que dizem por outros meios alguma coisa, como, por exemplo, a expressão “eu trago”. Esses enunciados carregam três tipos de atos: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. A definição dos Atos de Fala é trazida por Austin em sua obra *Quando dizer é fazer*:

Distinguimos um conjunto de coisas que fazemos ao dizer algo, que sintetizamos dizendo que realizamos um ato locucionário, o que equivale, a grosso modo, a proferir determinada sentença com determinado sentido e referência, o que, por sua vez, equivale, a grosso modo, a “significado” no sentido tradicional do termo. Em segundo lugar dissemos (sic) que também realizamos atos ilocucionários tais como informar, ordenar,



prevenir, avisar, comprometer-se, etc., isto é, proferimos que têm uma certa força (convencional). Em terceiro lugar, também podemos realizar atos perlocucionários, os quais produzimos porque dizemos algo, tais como convencer, persuadir, impedir, ou, mesmo, surpreender ou confundir.
(Austin, [1962,1975]1990,p. 95)

Austin alerta-nos para a distinção do ato ilocucionário – “*ao dizer tal coisa eu o estava prevenindo*” – e do ato perlocucionário – “*ao dizer tal coisa eu o convenci, ou surpreendi, ou fiz parar*” – que, por serem ações intencionais, têm efeitos diferenciados. A Teoria dos Atos de Fala tratada aqui nos serve de norte para o entendimento dos fenômenos que ocorrem durante a interação face a face. Esse entendimento nos permitirá compreender se um evento idealizado e pré-fabricado pode se transformar em uma interação real.

Por se acreditar que exista uma controvérsia entre a diferença valorativa do ato perlocutório e do ato ilocutório dos enunciados, já que segundo as revelações austinianas os atos de fala são atos réticos, ou seja, possuem sentido e referência, o seguidor de Austin, J. Searle (1972), não considerou mais tal distinção valorativa e passou a distinguir o valor ilocutório do enunciado e o seu conteúdo proposicional.

Diante disto, de que maneira podemos considerar uma atividade de fala preliminarmente organizada, como por exemplo, no caso do processo comunicativo *de Sherlock Holmes, no filme de Guy Richie*, como um evento interativo social que utiliza diversos valores de atos de fala?

Os longas-metragens, como qualquer outro produto fabricado pela mídia, têm características de conversação artificial, ou seja, discursos e diálogos idealizados e escritos por autores a serem dramatizados por atores. Sendo assim, dessa forma, todas as expressões corporais e atividades comunicativas a priori, já estão estruturadas. Mas será que realmente no momento de suas atuações os atores/interactantes “obedecem” fielmente às orientações pré-estabelecidas?

É importante ressaltar que processo de interação social é usado a partir de alguns elementos constituídos no texto pelos interlocutores no momento da fala. A atividade de fala, da maneira que é defendida por Gumperz, é vista como um processo dinâmico que se transforma na medida em que os atores interagem. Essas alterações defendidas pelo sociólogo podem ser observadas na interpretação dos atores/interactantes em seus diálogos roteirizados, através de seus acréscimos de fala, de suas expressões corporais e faciais no desenvolvimento de suas interpretações. Partindo desse pressuposto de



mudança do “*script*” comunicativo no encontro conversacional, mesmo que inicialmente orientado, é possível que o mesmo se torne um encontro natural, em uma interação social real, como é o caso dos longas-metragens. Um exemplo disto pode ser bem claramente evidenciado na fala de um personagem em que apenas estava escrito o seguinte texto sem outras orientações. Percebamos então:

Exemplo 1:

Mary, noiva do Dr. John Watson, tenta elogiar Sherlock Holmes durante o jantar no qual é apresentada formalmente a ele.

Mary diz (empolgada): “É realmente uma grande emoção conhecê-lo, Sr. Holmes! Eu tenho uma pilha de romances policiais em casa: Collins, Poe... mas, às vezes, parece bastante inverossímil fazer tantas deduções a partir de pequenos detalhes”.

Holmes responde (secamente): “Mas isso não está correto. Na verdade, os pequenos detalhes são sempre os mais importantes”.

Ao interpretar esse texto, o ator, a partir da intenção ou conteúdo proposicional e da força ilocutória que queira proporcionar a sua interpretação ou ato, poderia enfocar um tom sugestivo, ameaçador ou mesmo acordativo, como também poderiam compor traços de seu arsenal extralingüístico diversos “complementos”, tais como sua hesitação e suas expressões faciais. Tais mecanismos ocorrem naturalmente em uma interação face a face e que nessas condições não ficam apenas em uma tentativa de interpretação do real, e sim, da própria realidade, a partir do momento em que o ator também é o interactante e, como interactante, tende a realizar sinais “naturais” de conversação, o que Koch (2003) entende como inter-ação pela linguagem.

Após essas reflexões, podemos entender que para esse gênero comunicativo – *filme* – a expressividade aparece como uma das particularidades que constroem a intenção da comunicação. O ato de fala só é instaurado se considerarmos toda a cenografia, expressividade, tonicidade e, obviamente, o contexto. E, nesse sentido, vale salientar que a expressividade e a tonicidade estão diretamente atreladas às interpretações e às construções dos personagens.



4. Apontamentos sobre contexto, referência e ethos

Não é exagero dizer que, de certa forma, a compreensão dos atos de fala dos indivíduos está intensamente relacionada com a compreensão do contexto social em que eles acontecem. Ao entender esse contexto – manifestado primordialmente em linguagem – e vislumbrar a própria estrutura social onde ele ocorre, espera-se que também sejam reconhecidos e compreendidos os vieses ideológicos que o compõem, bem como as relações que se estabelecem entre os sujeitos inseridos nesse contexto. Concordamos com a ideia defendida por Pedro (1998:20) quando esta diz que “Compreender os contextos sociais do uso lingüístico é, assim, um esforço para o entendimento do uso da linguagem no seio das estruturas sociais e ideológicas que organizam o que, em termos latos e abstratos, entendemos por sociedade”.

Trask (2004) acrescenta, em momento oportuno, que o contexto produz traços de extrema relevância para qualquer análise que se faça de uma produção textual. Questionamentos como “por que o texto foi escrito?”, “a quem era dirigido e por quê?”, “o escritor ou o orador tem objetivos ocultos?” e, nesse caso, “quais são esses objetivos?” e “que assunções não declaradas e que vieses subjazem ao texto?” são importantes para que esse contexto esteja bem delimitado e claro.

Contudo, um fato que igualmente deve estar claro é o da própria definição de contexto. Causador de ampla discussão no campo lingüístico, o conceito guarda, fundamentalmente, duas naturezas (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004): a lingüística (ambiente verbal) e a não-lingüística (ambiente situacional, social, cultural). Segundo os autores, o termo “contexto” seria utilizado para remeter, sobretudo, ao ambiente verbal da unidade (que outros preferem chamar “co-texto”, em conformidade a um uso que se generaliza) e à situação de comunicação.

A partir dessa constatação, a finalidade da observação é que dará o tom da natureza enfocada: se a tomamos em sentido estrito (com o intuito de avaliar as circunstâncias da enunciação, condições de produção imediatas, o momento...) devemos voltar nossos olhos, segundo Orlandi (2002), ao contexto imediato. Sobre isso refletem Charaudeau e Maingueneau (2004:127): “(...) o contexto estrito (ou micro) faz sobressair, por exemplo, o quadro espaciotemporal e a situação local nos quais a troca comunicativa, seus participantes (...), o tipo de atividade e as regras que a regem.”

Mas é claro também que outros elementos não ficam de fora do sentido amplo (abrangente) por derivar diretamente da forma de nossa(s) sociedade(s) se



apresentar(em), com instituições, sistemas de organização de poder e traços históricos na relação que estabelecemos diante de símbolos e signos.

De igual relevância nessa reflexão é o conceito de referência que, a grosso modo, seria a propriedade tanto dos signos lingüísticos quanto das expressões de remeter a uma dada realidade (para deixar clara a diferença entre as ideias de “referência” e “referente”, este último é justamente a realidade que é indicada pela referência). Tal conceito nos é importante, pois na maioria dos diálogos conduzidos pelo personagem principal, Sherlock Holmes, que são apresentados no filme, como veremos adiante, tanto o contexto em que eles ocorrem quanto a referência que está presente nestes enunciados fazem a diferencia crucial na compreensão dos interlocutores que entram em contato com as deduções levantadas pelo detetive inglês.

É fato que diversos estudiosos se debruçaram sobre a problemática da referência, tais como Milner, Frege e Benveniste, mas a maioria concorda que, quando se trata de localização, a referência está principalmente (ou, para alguns, totalmente ou inteiramente) na cabeça do falante. Isso se deve ao fato de que uma mesma expressão lingüística pode demonstrar uma expressão referencial ou não. Se ao falar, o falante tiver em mente entidades particulares que representarão aquele referente que fora uma certa vez apontado pela referência, aí sim, teremos esse signo lingüístico funcionando perfeitamente como expressão referencial. Do contrário, não.

Por fim, a noção de ethos se faz igualmente interessante nessa nossa observação – como não poderia deixar de ser – justamente por conta do personagem ao qual nos referimos. Para Holmes, o fato de ele buscar sempre construir uma imagem de si em seu discurso com o intuito de exercer uma influencia sobre o interlocutor (que é o conceito natural do próprio ethos...) é quase que inerente, muito mais do que em todos os outros personagens que se fazem presentes nesse enredo de mistério.

No exemplo discutido a seguir, podemos observar que, por trás do que é dito pelo personagem, fica perfeitamente claro que o falante esperava que seu interlocutor aceitasse o enunciado dito por ele e o interpretasse integralmente, mesmo apesar do contexto que era apresentado naquele momento e que mostrava-se totalmente desfavorável ao seu discurso, dando a entender que a intencionalidade dele era justamente outra.

Exemplo 2:

Após cair em mais um dos golpes protagonizados por Irene Adler (uma vigarista pela qual o Sherlock Holmes é perdidamente apaixonado e por quem ele também nutre um sentimento de ódio, pois ela protagoniza talvez o único ponto de sua vida no qual ele não consegue utilizar-se da lógica), o detetive acorda na manhã seguinte num quarto de hotel, em Londres, totalmente nu – com o sexo coberto apenas por uma almofada – e com os braços algemados à cabeceira da cama. Neste momento, uma camareira entra no cômodo e depara com a cena:

*Holmes (falando pausadamente e com aparente tranqüilidade para a camareira):
Senhora, preciso que permaneça calma e que confie em mim. Sou um profissional.
Embaixo dessa almofada está a chave para a liberdade.*

Contudo, a empregada sai do quarto de hotel totalmente horrorizada.

Nos parece evidente o quanto o contexto situacional foi decisivo para a interpretação do enunciado feita a partir do interlocutor (no caso em específico, a camareira). Ao perceber que Holmes estava sem roupa e algemado a uma cama, ela deduziu que o que estaria embaixo da almofada não seria em si uma “chave” (objeto geralmente metálico que serve para destravar fechaduras, como as das algemas de Sherlock Holmes), mas sim o órgão sexual do detetive que, supostamente por algum desempenho sexual bastante satisfatório, a levaria para a “liberdade” (ou o prazer dessa satisfação). Nesse caso, a intenção comunicacional foi completamente suplantada pelo contexto que – mesmo contra a vontade do falante – oferecia pistas outras que trabalhavam contra a verdadeira referência que ele queria remeter ao enunciar. O referente entendido pela camareira foi outro. Interessante que o próprio personagem, mais adiante no filme, comenta o insucesso de seu ato de fala:

Exemplo 2 (continuação):

Sherlock Holmes, possivelmente horas depois narra o acontecimento para um policial, dentro de uma carruagem enquanto os dois estão a caminho de casa:

Holmes: “É claro que ela interpretou minha intenção de forma equivocada”.



PoliciaI: “Naturalmente, senhor”.

Holmes (raciocinando com o olhar vago): “É por isso que acho esse furor religioso moderno tão perturbador. Não há medida para os mal-entendidos”.

PoliciaI: “A fé atropela a razão, senhor”.

5. Não é exatamente isto o que você quer dizer. Ou melhor, do que se trata.

A perspicácia é característica das interações humanas, principalmente em gêneros textuais em que o discurso é construído no momento da interação pelos interlocutores. Como bem destaca Koch, em *A Inter-ação pela Linguagem* (2003[1993], p. 25), “o sentido é construído na interlocução, no interior da qual os interlocutores se constituem e são constituídos”. Dentro desse prisma, lembramos que o texto do longa-metragem *Sherlock Holmes* é idealizado por seus autores, e complementado pela naturalidade e criatividade das interpretações dos atores, com os acréscimos que são dados de forma espontânea durante a cena. Dessa maneira, mesmos os interlocutores-atores vivendo uma simulação da interação tornam real a interação quando inserem no diálogo seus atos de fala, empregando na elaboração da interpretação certos fenômenos de repetições e inferências.

De tal forma, poderíamos dizer que há momentos claros de inserção e acréscimos de fala feitos pelos atores ao texto dos autores, tornando os diálogos de *Sherlock Holmes* muito semelhante à conversação espontânea, concedendo-lhes, dessa maneira, um caráter vivo e dinâmico, fazendo com que a cada inferência do interlocutor haja uma orientação de intenção reformulada.

É fato que um enunciado possui em si seu material lingüístico – ou seja, o explícito – e o contexto deste – que é considerado como implícito pragmático. A força ilocutória do ato de fala pode ser expressada indiretamente, ou seja, através de elementos externos a ele, presentes na realidade, no contexto situacional – o que se entende, portanto, por implícito.

A partir de proposições implícitas, ou subentendidas do contexto, o co-enunciador pode lançar mão de inferências para buscar a intenção do enunciador. A inferência está relacionada diretamente com os implícitos pragmáticos, contudo, muitos autores entendem que o conceito de inferência se dá a penas nos implícitos pragmáticos, isto é, no subentendido instaurado a partir do contexto da enunciação.



De acordo com Dominique Maingueneau (1998:131), o subentendido ou implícito possui três características:

Quadro 01: Características do implícito. Fonte: Maingueneau (1998)

- 1- Sua existência é associada a um contexto particular;
- 2- Ele é decifrado graças a um cálculo do co-enunciador;
- 3- O enunciador pode sempre recusá-lo, refugiar-se atrás do sentido literal.

Na verdade nem sempre a intenção do locutor é compartilhada, acordada com o interlocutor, pois as pistas de contextualização acabam por construir um implícito que é facilmente identificado e que dará luz às inferências que farão que o conteúdo proposicional do ato de fala possua uma implicatura conversacional.

Existem situações na interação em que o alocutário apenas insinua o que quer dizer, deixando algo “no ar”, sugerindo seu caráter ilocutório. Fala sem dizer, sem explicitar, sem enunciar. Tais situações são entendidas como implicaturas conversacionais.

As implicaturas conversacionais podem ser entendidas como implicaturas conversacionais particulares, na medida em que as suas constituições são representadas pelas particularidades contextuais e implicaturas generalizadas que não se constituem em todos os contextos, sendo a sua constituição orientada pelas circunstâncias particulares da sua enunciação.

Vejamos um bom exemplo no filme de *Guy Richie*, uma interação entre dois interactantes na qual o valor ilocutório e os atos perlocutórios acabam considerando a sua força ilocucionária.

Exemplo 3:

Irene, a golpista que mexe com o coração de Holmes e que foi a única capaz de enganá-lo, retorna ao seu convívio e já está instalada em seu quarto assim que ele acorda. Ela remexe nos recortes de jornais sobre ela que ele guarda em uma pasta.

Irene Adler (demonstrando tranqüilidade): “Pensei em tomarmos o chá juntos. Enquanto eu colocava a mesa, encontrei isto: uma pasta com o meu nome. ‘Roubo de retrato de Velázquez e do Rei da Espanha’, ‘Documentos navais desaparecidos levam à renúncia do 1º Ministro da Bulgária’, ‘Romance escandaloso termina com o noivado do Príncipe com a Princesa Romanov’.



Holmes (tentando se explicar): “Estava apenas estudando os seus métodos, caso a polícia me peça para caçá-la”.

Irene Adler: “Ah, mas não vejo o meu nome em nenhum desses artigos”.

Holmes: “Mas a sua assinatura está clara”.

Holmes se aproxima de Irene e toca no colar que está pendurado no pescoço dela.

Holmes: “É o diamante desaparecido do marajá? Ou só mais um souvenir?”.

Irene Adler (pouco constrangida): “Não vamos viver do passado. O que acha? Pelas aparências, diria que você está sem emprego”.

Holmes (devolve rápido): “E você, sem marido”.

Para entender a intenção do enunciador, seja Holmes ou Irene, o co-enunciador (nesse caso, ambos) relaciona o enunciado com seu contexto, tirando conteúdos que não o constituem, ou seja, subvertendo a intenção do ato de fala ao fazer uma inferência, uma implicatura conversacional baseada em pistas contextuais, referências do status do interlocutor, seu passado, personalidade, ou seja, em outras palavras, de seu ethos.

O que se diz não é exatamente a realidade explícita, contudo o sentido da enunciação é restabelecido de forma mais concreta, perto da realidade pelas inferências do co-enunciador baseadas essencialmente no subentendido sugerido pelas pistas de contextualização e ethos conhecido.

8. Conclusão

Nos três rápidos exemplos discutidos neste artigo (há diversos deles inseridos no filme, que serviriam para ilustrar vários fenômenos como os explanados aqui) tivemos a oportunidade de refletir, sob a luz da pragmática, em como as situações conversacionais, que estão dispostas no cotidiano, nos “traem” quanto às intenções iniciais que pretendíamos ao elaborar determinados enunciados. Nesse sentido, o contexto situacional e todos os elementos que poderiam funcionar a favor (referências, implicaturas, etc.) se estabelecendo como pistas para o rápido entendimento dos nossos



interlocutores, na verdade, colocam-se como “armadilhas” contrárias à eficácia da comunicação, no que diz respeito à compreensão dos significados.

Mais claramente aqui neste trabalho, constatamos esses exemplos em peças ficcionais, como é o caso do filme *Sherlock Holmes*, mas tal fato não invalida a percepção de que diariamente esses mesmos mal-entendidos, ou eventos bastante semelhantes a esses, acontecem em conversas corriqueiras ou formais que – longe disso – jamais teriam em sua intencionalidade o tom sarcástico (que foi a tônica clara do roteiro do filme em questão desde o início). Assim, nos resta dedicar à reflexão de como o que está ao nosso redor – linguisticamente ou extralinguisticamente – pode colocar a perder o que tentamos comunicar em princípio.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick, e MAINGUENEAU, Dominique (orgs). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DELBECQUE, Nicole. **A linguística cognitiva: compreender, como funciona a linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.
- ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 10ª ed. São Paulo: Editora Árica, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.
- LEVINSON, Stephen. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 2. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- PEDRO, Emília Ribeiro. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Editorial Caminho. Lisboa, 1998.
- SEARLE, John. R. **Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem**. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.
- TRASK, Robert L. **Dicionário de linguagem e lingüística**. São Paulo: Contexto, 2004.
- VAN DIJK, Teun. **La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1989.